

## INGERÊNCIAS DA MEMÓRIA NA HISTÓRIA: O CASO DAS CIDADES PAULISTAS

João Miguel Teixeira de GODOY<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** O artigo pretende abordar o problema central dos estudos de historiografia referente ao estabelecimento de parâmetros avaliativos da produção intelectual. Define como caso concreto de discussão a produção de escritos na área de história sobre a cidade de Campinas, situada no interior do Estado de São Paulo. Procura explicitar as articulações entre a trajetória histórica da cidade que, desde o século XIX, despontou como um dos pólos dinâmicos da economia paulista, e a produção de todo um conjunto de estudos e obras voltadas para a tentativa de instituir sua memória coletiva. Destacam-se aqui os escritos de duas gerações de autodidatas, jornalistas, que até os anos de 1970, constituíram-se na voz autorizada sobre o passado da cidade.

■ **PALAVRAS-CHAVES:** Memória. Oeste Paulista. Campinas. Identidade e poder.

“Contaminações da história pela memória”, poderia ser este o subtítulo do presente artigo. Nos termos em que Halbwachs (1990) estabelece as distinções entre memória e história, tal aproximação e troca entre formas antinômicas de acesso ao passado não se colocam a não ser enquanto distorções. Pierre Nora, mais recentemente, reafirma essas distinções. Porém, aponta um momento de subordinação da história aos desígnios da memória no processo de formação da consciência nacional e em torno dos mitos de origem da nação. A superação de tal aprisionamento foi visto como um momento de subversão que marcou a passagem da história-memória para a história-crítica, graças ao nascimento de uma “preocupação historiográfica”.

---

<sup>1</sup> PUC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências humanas Aplicadas – Faculdade de História. Campinas – SP – Brasil. 13086-900 – joaomigueltgo@yahoo.com.br.

Nas palavras de Nora (1993 [1984]): o empenho da história em “emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela”. Identificamos aqui um critério geral a partir do qual o conhecimento histórico pode ser avaliado num momento decisivo de sua trajetória. O que propomos a seguir é a reflexão sobre uma dimensão desse problema, já que entendemos que uma das tarefas cruciais nos estudos de historiografia diz respeito à definição de parâmetros avaliativos à luz dos quais as obras escolhidas poderão ser lidas e interpretadas. O que se pretende é exatamente propor alguns parâmetros e critérios de análise para um universo de escritos bastante específicos: as histórias de cidades. Elegemos um caso pontual que é a produção a respeito da cidade de Campinas, no interior paulista, que entendemos ser representativa de um conjunto maior de cidades que integram a região que ficou conhecida como “Oeste Paulista”. A proposta central é a de que o conjunto dos escritos analisados, produzidos dentro e fora da universidade, constitui a expressão de um caso de sobrevivências e interferências da memória na produção histórica. A reflexão sobre o grau e a natureza dessas sobrevivências, bem como as possibilidades de sua superação, compreende o centro dos argumentos aqui desenvolvidos.

É pretensão do artigo sistematizar, ainda que preliminarmente, questões surgidas ao longo do desenvolvimento da investigação, envolvendo o conjunto de textos sobre a cidade de Campinas, que compõem um acervo bastante expressivo e significativo e que vêm se acumulando já há um certo tempo. Pelo menos desde o início do século XX, podem ser encontrados textos em diversas áreas do conhecimento (economia, geografia, sociologia, arquitetura, história, etc.), tratando do assunto. Entretanto, selecionamos apenas os escritos que, direta ou indiretamente, foram produzidos e organizados com a intenção de instituir certa memória sobre a trajetória dessa cidade no tempo. Ou seja, textos que alimentam a pretensão de se constituírem como referenciais básicos da memória histórica de Campinas.

Essa intenção é mais contundente e explícita naqueles escritos produzidos fora da universidade, isto é, elaborados por membros de institutos, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ou, no caso específico de Campinas, o Centro de Cultura, Letras e Artes (CCLA) e a Academia de Letras de Campinas. Seus autores em geral possuem um vínculo profissional com a

imprensa, o principal veículo de escoamento de sua produção. Surge daí uma característica geral dessa produção que se aproxima da abordagem jornalística do passado, efetivando-se como uma espécie de jornalismo retrospectivo. Predomina certo culto do efêmero, do *faits divers*. Isso tudo é muito recorrente em autores como Jolumá Brito, Julio Mariano e Castro Mendes, os quais foram objeto de um estudo elaborado recentemente (CARNIELLI, 2007). Nossos esforços, entretanto, deram prioridade à tentativa de identificar visões e concepções mais duradouras e permanentes envolvidas por aquela roupagem do transitório e do efêmero. O fato é que tal produção traz marcas profundas das mediações ideológicas, socioculturais, psicológicas, estéticas, etc., presentes na sua artesanania. Acrescente-se a isso, as determinações, nem sempre sutis, do contexto de produção da história que se faz efetivamente e seu impacto sobre a história que se conta. Pode-se dizer, de maneira genérica, que nesse universo a história é serva da memória, ou seja, está submetida aos propósitos da memória que se oficializa e se legitima porque incorpora procedimentos validados pela busca da verdade<sup>2</sup>.

Indiretamente e de maneira mais velada, a mesma relação com a memória da cidade parece encontrar-se no tipo de trabalho elaborado nos centros de pesquisas universitários. Ainda que nesses centros, os estudos e reflexões sobre a trajetória da cidade sejam necessariamente mediados por instrumentos teóricos e metodológicos que criam certo distanciamento e possibilitam uma abordagem mais crítica. Não que as mediações socioculturais e ideológicas estejam ausentes nesses escritos. Não se trata de negar o impacto da ideologia contida na prática acadêmica, mas, sobretudo considerar a maneira específica como ela aparece nesse caso. Ou seja, há uma consciência e um projeto de colocá-la sob controle. A história busca sobrepor-se à memória, transformando-a num objeto de estudo. Mas é exatamente por isso que também aqui a produção acadêmica interfere, redireciona, mas não escapa das exigências e necessidades profundas ligadas aos processos culturais que definem a relação presente e passado de um grupo social. O texto mais representativo desse tipo de trabalho é sem dúvida o de Lapa (1996). Obra resultante de uma reflexão minuciosa sobre as fontes primárias e que busca reconstituir um período decisivo da história da cidade,

<sup>2</sup> O texto de Carnielli (2007) é um dos primeiros trabalhos de análise dessa produção histórica que antecedeu a produção acadêmica. Seu objetivo é similar àqueles encontrados nas análises de Brefe (1993) e de Lofego (2001), a respeito de autores paulistas.

dando ênfase à modernização e incorporação de um conjunto de elementos identificados com a ideia europeia de progresso e de civilização. Elementos esses ligados à arquitetura, ao ideal de uma cidade higienizada e saudável, aos novos valores e hábitos, estilo de vida, modos de consumo, etc, mas que, contraditoriamente, não ultrapassam e nem transformam os aspectos mais arcaicos das relações sociais ali enraizadas. Ao contrário, parecem depender delas. Nesse sentido, embora a problemática central do trabalho seja um processo comandado pelas elites locais, o autor procura posicionar-se a partir do ângulo de visão dos setores mais humildes da população. Porém, nem sempre com sucesso.

A leitura e análise desses dois grupos de textos e obras apontam para uma problemática de fundo: as relações entre o estatuto do passado, a memória, a história e a dinâmica da sociedade a partir da qual e sobre a qual elas são elaboradas. Mais do que isso, o estudo dessa produção permite-nos pensar os modos como, em circunstâncias específicas, uma certa interpretação do passado funciona enquanto elemento definidor de práticas sociais, e como o passado se torna objeto de disputa (FERRO, 1989). Tais circunstâncias podem tanto estar relacionadas com formas distintas de organização social, quanto com momentos diferentes dentro da trajetória de uma mesma sociedade. Antes, porém, de detalhar a questão e explorar seus principais desdobramentos, podemos sugerir que os problemas relativos ao estatuto da memória, suas relações com o conhecimento histórico e com os esquemas de organização da sociedade e do poder constituem um critério central no exercício de avaliação daqueles escritos e obras produzidos sobre a cidade de Campinas; bem como a respeito daquelas cidades que compõem a região conhecida, desde o século XIX, como Oeste Paulista.

Essas cidades foram envolvidas em processos acelerados e profundos de mudança e sintonizadas com as diferentes etapas da vida econômica nacional. Nesses municípios as constantes mudanças econômicas e sociais colocaram em foco de maneira recorrente a questão da legitimidade do poder. Lembramos ainda que a definição de critérios precisos de avaliação das obras representa uma das exigências centrais no aperfeiçoamento metodológico dessa área do conhecimento histórico denominada historiografia, ou seja, história da história. Além do questionário usual, elaborado pela área e que segue certo padrão no que diz

respeito à avaliação das obras (orientações teóricas, metodologias de crítica das fontes, temas abordados, procedimentos de análise, formas de exposição, entre outros), entendo que essa temática impõe critérios específicos. Assim, no caso das histórias das cidades é preciso considerar qual o peso que as tradições e identidades locais, cristalizadas e veiculadas por uma produção de caráter mais memorialístico, têm sobre as reconstituições e análises históricas.

O único trabalho de análise mais sistemática realizado até o momento, sobre essa produção histórica não universitária, possui a qualidade de estabelecer critérios de avaliação que buscam distanciar-se de uma abordagem comparativa e evolucionista entre produção memorialística e produção acadêmica (CARNIELLI, 2007). Procura entender as leituras que se produz sobre o passado da cidade e sua trajetória a partir das condições que a própria dinâmica da cidade cria, ou seja, os momentos de transformações e rupturas aceleradas pelas quais a cidade passou nos anos de 1950. Entretanto, esse vínculo com o contexto não é levado às últimas consequências. Segundo o autor, a consciência da ruptura teria desencadeado um sentimento de nostalgia e crise de identidade definindo condições para uma relação essencialmente afetiva com o passado. Acreditamos que, independente da veracidade dessa constatação, não podemos ignorar os condicionamentos e os resultados efetivamente políticos disso que parece um simples exercício de rememoração e recuperação afetiva do passado. Entendemos que o modo como uma sociedade se relaciona com o passado está articulado com o modo como as relações de poder se instituem nela. Nesse sentido, os momentos de transformações e rupturas pelos quais a cidade passou ultrapassam as modificações e remodelações espaciais, arquitetônicas, ou as formas de sociabilidade, atingem o modo como os grupos sociais se relacionam entre si e estabelecem como preocupação central a questão do poder e das relações de mando e obediência. Nesse contexto, a memória coletiva torna-se um objeto de disputa e um componente fundamental da cultura política.

O problema de fundo diz respeito aos modos possíveis como as sociedades humanas equacionam sua relação com o passado. No geral, toda sociedade cria algum mecanismo a partir do qual define, interpreta e atribui algum sentido ao passado e à sua trajetória no tempo. Aspectos fundamentais do modo como se

veem e se organizam as relações entre indivíduos e grupos que a compõem dependem do modo como esse sentido é colocado. Essas interpretações, por sua vez, materializam-se em mecanismos de transmissão que não apenas formalizam o passado no presente, mas interferem no seu próprio sentido, uma vez que estabelecem o possível e o impossível e tornam-se critérios de seleção e hierarquia das recordações legítimas, ou tidas como legítimas por aqueles que numa sociedade determinada estabelecem as bases da relação com o passado, redundando assim, no conjunto de mecanismos ou suportes que chamamos de memória. Nesse sentido, as tradições orais, as lendas e mitos, a poesia épica e as representações figuradas são formas da memória. Mesmo o conhecimento histórico, nas suas diferentes configurações, também é uma forma de memória, porém com especificidades. Poderíamos identificar alguma peculiaridade no modo como no Brasil, ou pelo menos em algumas de suas regiões, essa relação vem se constituindo? Minha proposta é que sim. Mas antes gostaria de rever algumas tentativas de sistematização desse campo de reflexão para outras realidades e a partir deles avançar sobre o caso específico desse país.

## **Passado e presente**

A década de 1970 foi particularmente rica em reflexões sobre o problema da relação passado e presente. Tanto numa perspectiva mais retrospectiva na sociedade ocidental como em análises comparadas de sociedades contemporâneas e distintas. O problema emerge certamente em função do próprio ritmo das mudanças tecnológicas e sociais que marcaram esse período e a experiência de distanciamento entre passado e presente diante da aceleração do tempo histórico. Gostaria apenas de mencionar dois registros daquilo que se pensou então. Um foi o trabalho de Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, publicado originalmente em 1979, reunindo vários ensaios escritos ao longo da década. Nele, o autor procura historicizar, já no primeiro ensaio, aquilo que chama “futuro passado” ou então “horizonte de expectativas”, ou seja, como em diferentes momentos de construção da modernidade a sociedade colocou o problema do futuro e como isso afetava sua relação com o passado ou o “espaço de experiências”. Analisa as circunstâncias que definiram a passagem das profecias do

fim do mundo, o prognóstico racional e as filosofias da história (KOSELLECK, 2006 [1979]).

Outro trabalho que nos interessa, e que tem certa similaridade com o de Koselleck, é o texto de Hobsbawm (1998), a respeito daquilo que chama o “sentido do passado”. Este autor procura analisar qual é a função específica que a relação com o passado desempenha no processo de legitimação de certa forma de organização social. Mais ainda, como essa relação pode mudar uma vez que o sentido que se atribui ao passado também muda, a partir das inovações que vão sendo introduzidas na maneira como as relações humanas se constituem. As possibilidades apontadas atingem sociedades para as quais o passado petrifica-se num padrão normativo, “passado social formalizado”, diante do qual as lentas e inevitáveis mudanças no presente devem ser referidas e justificadas obrigatoriamente. Diante desse tradicionalismo enraizado, o presente deve sempre, mesmo quando não o faz, aparecer como uma mera reprodução do passado, como absorvido por ele. Embora até certo ponto esse imaginário de permanência possa ser respaldado socialmente, ele tem limites evidentes. Mas aqui o passado é uma permanência.

Por outro lado, em sociedades que experimentaram processos mais radicais e sobretudo acelerados de mudança a força normativa do passado se rompe em função do sentimento de distanciamento e ruptura. Nesse contexto, o passado quando muito oferece modelos possíveis e seletivos de conduta ou organização, mas acaba por se revelar como uma “máscara para a inovação” (HOBSBAWM, 1998, p.26). Nesta perspectiva, pode constituir um componente importante e decisivo na cultura política de uma sociedade, mesmo nos casos mais extremos, quando a referência ao passado traduz apenas o uso de uma linguagem carregada de termos e conteúdos históricos para expressar aspirações muito presentes. Trata-se então de uma “história fabricada”. Aqui o passado é uma recorrência. Mas há aquelas sociedades que rejeitam o passado em nome daquilo que entendem por “progresso”. Nesses casos é a própria natureza do passado que se modifica, organizando-se então nos moldes definidos pela maneira como o presente é encarado, ou seja, “o que agora legitima o presente e o explica não é o passado como um conjunto de pontos de referência (...), ou mesmo como duração (...), mas o passado como um processo de tornar-se presente” (HOBSBAWM, 1998, p.30). Em relação a esta terceira

possibilidade, teríamos um desdobramento. Trata-se dos casos em que se requer um exercício de previsão para se identificar um futuro diferente daquilo que existiu e existe. Mesmo nesse caso, no qual se vislumbra uma forma nova e inédita de organização da sociedade, busca-se no passado um conjunto de pistas ou tendências que poderia ser extrapolado para o futuro.

Três casos: numa primeira situação, passado e presente não se diferenciam, mas o passado se impõe ao presente como padrão a ser reproduzido. Aqui o passado é uma permanência e o tempo não conta, é o mero registro do mesmo. Na segunda situação, passado e presente são estruturalmente distintos, mas o presente fabrica um passado como um conjunto de pontos de referência, como modelo e como linguagem. Aqui o passado só existe enquanto reconstituição no presente. Num terceiro caso, mais uma vez passado e presente não se diferenciam, mas o presente emerge como padrão para a leitura e reconstituição do passado. Aqui o passado é processo. Em síntese, de acordo com o caso, o passado então surge, ora como duração, ora como referência e, por fim, como processo e tendência.

Mas quando pensamos no caso brasileiro, particularmente no tipo de sociedade que se organizou na região sudeste, sobretudo, no estado de São Paulo, a partir do século XIX, os tipos e possibilidades apresentados acima esclarecem aspectos relevantes de como o passado foi lido e incorporado na dinâmica da vida social, porém não se revelam suficientes quando pretendemos identificar ali certa especificidade. Porque, de fato, não se trata de uma sociedade tradicionalista no sentido clássico, isto é, que oferece resistência às inovações e mudanças. Num certo sentido, o contrário disso pode ser considerado verdadeiro. Por outro lado, apesar da sustentação de um discurso modernizante, não há uma ruptura radical com o passado contrabalançado pela mera busca de referências legitimadoras. Trata-se de uma região que nos últimos dois séculos atravessou diferentes etapas da vida econômica, social e política nacional e onde a experiência da mudança e do dinamismo da história é uma constante. Mas é nesse mesmo processo que se originou uma forma específica e interessante de combinação de rigidez e flexibilidade, marcante no modo de se encarar as mudanças da sociedade, que terminou por definir os parâmetros gerais a partir dos quais o sentido do passado foi incorporado no presente. A leitura e análise de um conjunto de escritos que de certa forma constituiu-se no veículo



principal dessas visões, pois foi produzido com a intenção explícita de instituir uma memória das cidades, pode nos fornecer elementos para pensar as particularidades do sentido do passado, tal como se consolidou entre nós.

Penso que os escritos produzidos sobre a cidade de Campinas conheceram dois momentos marcantes, em termos de número e qualidade da produção. O primeiro corresponde às décadas iniciais do século XX, principalmente nos anos de 1920. O segundo surto deu-se entre os anos de 1950 e 1960. Nos dois casos, referem-se a momentos nos quais a cidade constata uma consolidação de inovações e avanços que se iniciaram antes, mas que, naquele ponto, parecem ter atingido certo estágio de maturação e também de esgotamento. A cidade dos anos de 1920 é a cidade do café e a tradução tropical de um modelo de vida urbana cuja inspiração original é essencialmente europeia. Já aquela dos anos de 1950 e 1960 reflete uma fase, também se encerrando, de um modelo de cidade industrial alicerçado num processo e modelo de modernização de caráter nacionalista, que, a partir daquele período, começa a passar por grandes mudanças com impactos diretos no modo de vida urbano.

No primeiro caso, dois autores se destacam: Benedito Otávio (1871-1927) e Leopoldo Amaral (1856-1938). No caso de Leopoldo Amaral, funcionário público e jornalista, cuja obra *Campinas: recordações* pode ser vista como uma súpula dos temas e aspectos dominantes da história da cidade que perpassam os escritos das gerações posteriores. No segundo caso, destacam-se os textos de Julio Mariano, Jolumá Brito, Castro Mendes e Celso Pupo. Embora grande parte do que produziram tivesse sido veiculada pelos jornais, viam-se como historiadores. Incorporaram elementos da ciência histórica, como a busca dos documentos, as exigências de comprovação, datação, etc. Entretanto, mesclaram esses procedimentos com suas recordações pessoais como moradores antigos da cidade.

Mais do que a apresentação pormenorizada da análise dessa produção gostaria de apontar alguns aspectos que definiram as bases nas quais esse conjunto de escritos foi produzido. O primeiro ponto a ser considerado refere-se à relação entre memória e poder. O modo como um determinado grupo social estabelece relações com seu próprio passado, e investe sobre ele um interesse cognitivo, não está condicionado apenas por uma busca de identidade e uma tomada de consciência sobre

o “situar-se no mundo”, mas por uma relação íntima com as formas e mecanismos da instituição do poder e das relações de mando e obediência vigentes nesse grupo. Encontramos a esse respeito várias formulações, mas citaremos apenas duas. Clastres (1978), nos ensaios que compõem a obra *Sociedade contra o Estado*, aponta essa relação inequívoca entre as formas como uma determinada sociedade se relaciona com seu passado e o modo como o poder está instituído nela. Nessa mesma linha de raciocínio, Fontana (1998) busca as articulações entre aquilo que chama “economia política”, “projeto social” e as formas de reconstituição do passado, formulando aquilo que poderia ser considerado uma teoria da análise historiográfica.

Outro ponto, diz respeito à relação do conhecimento histórico com as outras formas de instituição da memória coletiva. O fato é que o passado chega até nós não como uma massa heterogênea e infinda de informações e dados desconexos. A própria preservação de seus vestígios depende de mecanismos sociais e culturais sutis, ligados à formação e função da memória coletiva. Há uma passagem em *Usos e abusos da História*, de Moses Finley, que trata das obras de Heródoto e Tucídides, e pode ser utilizada aqui sem comprometer muito o sentido original pretendido:

A atmosfera na qual os pais da história começaram a trabalhar estava impregnada de mitos. Sem o mito, na verdade, eles nunca teriam conseguido iniciar seu trabalho. O passado é uma massa desconexa e incompreensível de dados incontados e incontáveis. Ele só pode tornar-se inteligível se for feita uma seleção em torno de um ou mais focos. (...) Muito antes de alguém sequer sonhar com a história, o mito deu uma resposta. Essa era sua função, ou melhor, uma de suas funções: tornar o passado inteligível e compreensível selecionando e focalizando algumas partes dele, que, desse modo, adquiriram permanência, relevância e significado universal (FINLEY, 1989, p.5).

O terreno no qual o historiador inicia seu trabalho sofreu anteriormente a ação de outros cultivadores que definiram uma tradição e um enquadramento geral desse passado herdado. Cultivadores aqui entenda-se como memorialistas, autodidatas, tradições orais, representações figuradas, etc. Mas incorreríamos em erro se situássemos apenas no passado essa atribuição de sentido ao conjunto de informações sobre a trajetória temporal de uma sociedade. O passado é hoje, mais do nunca, ou sempre

foi, um objeto de disputa. O texto de Finley, acima, fala de “foco” e “seleção”. Se recorrermos ao dicionário veremos que a palavra, no seu sentido óptico, significa tanto ponto de convergência e concentração, como de divergência e emanação de luz. A relação que a nossa sociedade mantém com o passado tem no historiador um ponto de referência, mas não é o único. Outros focos de produção de sentido disputam essa primazia. A ideia de um conjunto de *focos* que secreta história encontra-se em Ferro (1989), na obra *História Vigiada*. Nesse sentido, todo o trabalho de escolha de pontos de convergência, de foco, portanto, de seleção e arranjo dos aspectos e vestígios do passado e da nossa trajetória no tempo, depende essencialmente do lugar de onde se fala, das perspectivas e estratégias de aproximação que se adota, dos modos e focos de produção que se elege. O passado, portanto, é um objeto de disputa e a história está permanentemente “vigiada”, como argumenta Ferro (1989).

Esses dois pontos devem estar presentes quando analisamos o conjunto de escritos que antecedeu a produção propriamente acadêmica sobre a cidade de Campinas. Um terceiro aspecto deve ser levado em conta: a dinâmica concreta da realidade histórica da cidade. Predomina ainda hoje uma visão simplificada a respeito da produção e do conjunto de escritos que duas gerações de jornalistas dedicaram à cidade, a seu passado e à sua história. O público não especializado os vê como historiadores, coisa que de fato não foram. Pelo menos não no sentido preciso que essa denominação assumiu desde o século XIX, quando esta área de conhecimento iniciou um processo de profissionalização bastante intensificado. Os historiadores, por outro lado, os denominam memorialistas. Classificação que diz alguma coisa, mas não diz tudo. O conceito de memória é abrangente o suficiente para abarcar inclusive as atividades que os próprios historiadores desenvolvem. A rigor todos aqueles escritos voltados para a reconstituição das ações humanas, levando em conta sua dimensão temporal, e contribuem para a instituição da memória coletiva são memorialísticos. A ciência histórica constitui, nesse sentido, *uma* forma de memória coletiva. No caso da produção dos jornalistas seria necessária uma análise mais apurada com o objetivo de identificar e analisar o modo específico como ela integra esse universo maior da memória sobre a cidade, e como se diferencia de outras modalidades e formas de memória. Mas, além disso, a denominação de “memorialistas” frequentemente traduz,

aqui, uma visão sobre um conjunto de escritos tomados então como ingênuos, saudosistas, meramente descritivos. Avaliação reforçada, muitas vezes, pelos próprios autores. Leopoldo Amaral, certamente o principal nome da primeira geração de jornalistas que escreveram sobre Campinas, referia-se a seus escritos como “singelo repositório de curiosas velharias” (AMARAL, 1927, p.10). Raphael Duarte, em 1905, afirmava que seu intuito era apenas vulgarizar nomes, datas e fatos de Campinas. Mesmo na *Monografia histórica do município de Campinas* (1951), que congrega os nomes mais representativos da segunda geração, e é mais pretensiosa em termos de se afirmar como uma obra que busca uma imagem da história da cidade “o quanto pudesse fiel” consta, no seu prefácio, uma declaração do tipo: “É possível que achem nela defeitos. Que digam os críticos de má morte ser ela uma ‘rudis indigestaque moles’. Não o é. Mas que o fosse! É do caos que Deus fez o Universo. E depois... notícias e materiais não faltam nessa obra” (MONOGRAFIA, 1951, p.IX).

O que estamos propondo aqui é que essa visão sobre os escritos desses jornalistas e autodidatas passe por uma revisão. É necessário que tal visão dê lugar a uma outra que procure refazer os vínculos e relações que esses escritos e concepções possuem, nem sempre explicitamente, com as condições concretas, políticas, sociais, econômicas, culturais que marcaram a trajetória da cidade de Campinas, desde o século XIX.

É preciso levar em conta, inicialmente, e tirar as devidas consequências do fato da região onde hoje se encontra Campinas ter passado por um processo contínuo de desenvolvimento econômico, a partir de seu ingresso nos circuitos da economia internacional, desde o final do século XVIII. A restauração da capitania de São Paulo, em 1765, juntamente com a atuação do governo de Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (4º. morgado de Mateus), significou um momento de mudanças fundamentais para esta região do interior da capitania, conhecida depois como Oeste Paulista. Representou seu ingresso, como centro de produção especializada, no interior dos circuitos da economia mundial. Áreas de povoamento mais antigas são remodeladas (como Itu de 1610, Jundiá de 1615, Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu do final do XVII) e toda uma rede de cidades novas se constitui, sobretudo a partir de meados do século XIX, como cabeças de áreas agrícolas organizadas no modelo tradicional das *plantations* escravistas, mas agora satelitizando um mercado de consumo

européu, genuinamente capitalista, no qual os mecanismos de valorização e acumulação ocorrem a partir do controle do processo produtivo, e não mais no controle da circulação de mercadorias. Este é o caso de Campinas em 1774, então denominada Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso. No mesmo ano de instalação da paróquia em Piracicaba, em 1797, Campinas, então com o nome de São Carlos, torna-se Vila. Quarenta e cinco anos depois, em 1842, torna-se cidade de Campinas. Entre o final do século XVIII e meados do XIX todo um conjunto de núcleos urbanos surge e se consolida nessa mesma região: Amparo (povoado em 1818, vila em 1839 e cidade em 1865); Capivari (freguesia em 1826, vila em 1832 e cidade em 1874); Itatiba (freguesia em 1830, vila em 1857 e cidade em 1876); Limeira (freguesia em 1830, vila em 1844 e cidade em 1863); Monte-Mor (povoamento em 1829); Piracicaba (vila em 1821, cidade em 1856); Mogi-Mirim (cidade em 1849); Mogi-Guaçu (cidade em 1857); Indaiatuba (vila em 1859); Rio Claro (cidade em 1845); Ribeirão Preto (fundação em 1856). No vértice dessa rede está a capital São Paulo, centro financeiro e político, articulada com a cidade de Santos, o porto de escoamento da produção agrícola.

As datas apresentadas acima certificam um movimento de conjunto. Representam ainda uma alteração do ritmo de ocupação populacional e expansão econômica dessa região. Entre o final do século XVIII, e durante quase todo o século XIX esse processo foi conduzido em cada cidade por grupos de fazendeiros escravistas, chefes de grandes famílias, ciosos na montagem de uma rede de influência composta de agregados, apadrinhados e dependentes nos mais variados graus de parentesco. Esses grupos, com uma visão de mundo marcada pela busca de uma difícil conciliação e equilíbrio entre os valores e hábitos decorrentes de um estilo de vida aristocratizante – de valorização do ócio e de investimento em símbolos de *status*, como títulos de nobreza – e o apelo burguês e racionalizante do mercado, da contabilidade e da negação do ócio, o negócio, paulatinamente buscaram fixar sua moradia nas áreas urbanas. Inclusive, porque os contatos frequentes com as metrópoles europeias conduziram a formação de uma visão de mundo que tentava conciliar situações tão díspares como o ideal de civilização, calcada nos princípios do liberalismo, a realidade das relações escravistas e o estilo de vida senhorial. O sentimento de coesão que desenvolveram tem origem e se fundamenta num

ambiente de tensão e pressão constantes gerado pelas revoltas escravas, ou pela eminência delas durante toda a segunda metade do século XIX.

Curiosamente, a maioria dos estudos sobre Campinas tende, nem sempre explicitamente, a isolá-la desse contexto, no sentido de destacar sua originalidade e pujança. Procedimento este que tem conduzido tais estudos a equívocos graves, na medida em que ignoram ou desconsideram os elementos comuns definidores de uma dinâmica mais abrangente, de caráter regional. Dinâmica dentro da qual, certamente, cada município desenvolveu e conservou todo um conjunto de peculiaridades. Estas, contudo, não devem ser exageradas, como de fato foram em um conjunto de escritos denominados memorialísticos. Tais escritos caracterizam-se por um sentimento municipalista exacerbado, que transforma cada uma dessas cidades em exemplos únicos de progresso, empreendedorismo, talento, etc. Qualidades estas tão frequentemente alardeadas e repetidas a exaustão que merecem ser objeto de uma investigação mais apurada.

O fato é que a região não conheceu períodos de estagnação significativos desde o momento em que ingressou nos circuitos da economia mundial. Embora possamos identificar etapas, há um processo contínuo de expansão econômica dentro do sistema escravista inicialmente, e, sobretudo capitalista no século XX, de base agrícola exportadora, mas depois industrial. A partir dessa realidade econômica e social, e articulada a ela, é possível identificar dois momentos decisivos que definiram a vida política local, afetando a ação sobre a cidade e a visão que se foi construindo sobre sua trajetória e identidade. O primeiro momento está ligado às epidemias de febre amarela que atingiram a cidade entre 1889 a 1897 (SOUZA, 2006; SANTOS; NOVAES, 1996). A elite local associou diretamente a epidemia com a população pobre da cidade. A partir disso todo, um conjunto de ações foi desencadeado no sentido de remodelar o espaço urbano e distribuir sua população. Na prática isso significou um processo de separação e a definição de um padrão novo de organização e expansão da cidade. A linha divisória entre as duas cidades que surgiram dessa conjuntura foi a linha férrea. De um lado ficou a cidade aristocrática, higienizada por todo um trabalho de saneamento, lugar também das praças, dos palacetes, do teatro, etc. De outro, a cidade do trabalho, da vila operária, do curtume, do matadouro, do hospital de morféticos.

Um dos sintomas mais visíveis dessa retomada da cidade aparece num esforço sistemático de renomeação das ruas. Nas décadas iniciais do século XX, praticamente todas as ruas da cidade tiveram os antigos nomes populares substituídos por nomes de figuras ilustres e políticos, principalmente republicanos. Momento de grandes transformações na cidade, da chegada dos “estrangeiros”, de ameaça das identidades estabelecidas, das normas cristalizadas, das relações de poder consolidadas. Como reformular isso conservando os esquemas tradicionais? Ou então, para usar uma expressão já muito repetida, como modernizar conservando? Aqui entra a produção dos jornalistas e todo um conjunto de ações voltadas para a construção de uma memória da cidade que aparece em várias manifestações. O renomear das ruas, os monumentos na cidade, os museus, a política de preservação do patrimônio histórico. Estas seriam as marcas do poder e a definição do seu território.

Outro momento fundamental na história dessa cidade, e que também interfere nessa imagem elaborada, ocorreu, no início dos anos de 1940 com a crise do setor cafeeiro, a falência de muitos fazendeiros e a decadência de famílias tradicionais da cidade. Tais circunstâncias foram superadas pelo processo de industrialização que veio logo em seguida, sem uma interrupção significativa. Semelhante situação levou os setores agrários a lotearem suas propriedades e, nesse sentido, a controlarem o processo de expansão urbana, que, no período, começava a ultrapassar a área reservada originalmente para a cidade. O sucesso dos empreendimentos imobiliários, entretanto, dependia do controle político da máquina pública. É justamente nesse momento que Campinas torna-se uma das cidades do interior paulista mais atrativa pelos processos de migração interna. Dessa maneira a, elite campineira, inicialmente de extração agrária, supera a crise da economia exportadora de 1930. Trata-se, portanto, de uma elite que transitou da exploração de uma agricultura mercantil capitalista de exportação para a especulação imobiliária num contexto de expansão urbana e industrialização. A partir dessa década a cidade cresceu sobre as áreas rurais, isto é, sobre as antigas fazendas de café desmembradas sob os efeitos da crise. Nesse contexto, estabelece-se uma articulação entre setores proprietários, especulação imobiliária, crescimento urbano e domínio político do poder municipal (SANTOS, 2002). É nesse momento que os recém-chegados, os migrantes precisam ser

informados sobre quem são os “donos” da cidade e integrados num esquema político num papel previamente estabelecido. O recado é claro, aqueles que sempre mandaram porque criaram a cidade têm quase que o direito natural de continuarem mandando, além da antiguidade, seu merecimento é justificado pelo fato de constituírem uma elite moderna e modernizante, progressista. Sua história não demonstraria exatamente isso?

Resumindo os ingredientes apontados até agora, teríamos então um processo razoavelmente ininterrupto de desenvolvimento econômico, que envolveu uma rede ampla de cidades, mas com certo destaque para Campinas; uma crise e remodelação urbana decorrente de uma conjuntura de epidemias; superação da crise da economia exportadora, expansão urbana e especulação imobiliária. A região de Campinas foi palco de um processo contínuo de desenvolvimento capitalista. Desde sua incorporação nos circuitos da economia mundial, no século XIX, até tornar-se um dos pólos da industrialização nacional, no século XX, Campinas não conheceu os ritmos históricos de avanços e recuos pelos quais passaram outras regiões, como o Nordeste e Minas Gerais. Em função disso, o progresso e a modernização acabaram se tornando critérios centrais de reconstituição da história dessa cidade. Os cronistas começaram com isso. Os historiadores deveriam tomar a modernização como tema, como objeto de análise, mas não fizeram isso, incorporaram-na acriticamente como lei geral regendo os destinos da região. Esses elementos apontados forneceram, para os memorialistas, e para todo um conjunto de teses acadêmicas, as orientações básicas de como a trajetória da cidade deveria ser reconstituída. Tornaram-se, nesse sentido, meios de legitimação da ideologia da modernização, da especulação imobiliária e da reprodução do capital fundiário urbano.

O nascimento da produção acadêmica, na área de história, sobre a cidade de Campinas não foi similar ao surgimento da historiografia acadêmica nacional. É necessário não só apontar essas diferenças e explorar suas características, mas deve-se, sobretudo investigar seus principais desdobramentos. Assim, diferente da historiografia nacional, a produção sobre Campinas não apresentou uma etapa caracterizada pela elaboração de grandes sínteses. No âmbito da historiografia nacional propriamente, as pesquisas na universidade nasceram a partir da exploração mais minuciosa de caminhos e veredas apenas



esboçadas pelos grandes ensaístas, como Caio Prado Jr., Celso Furtado, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, entre outros. Embora esse movimento no plano mais geral não tenha necessariamente que ocorrer no plano local, nas historiografias regionais, o fato é que o contexto intelectual de origem da produção acadêmica certamente contribuiu para moldar características importantes dessa produção, além de todo um conjunto de influências a serem explicitadas, constatadas, investigadas e superadas. Desse modo, a produção histórica sobre a cidade de Campinas, elaborada na universidade, ainda não rompeu com os critérios de reconstituição, as problemáticas, as visões, a periodização, elaboradas pelos cronistas, autodidatas que escreveram sobre a cidade até os anos de 1970.

O interessante é observar que os escritos sobre Campinas, bem como sobre outras cidades que se projetaram a partir da economia cafeeira, foram produzidos em circunstâncias bem específicas e alimentaram um conjunto de práticas e de intervenções no espaço da cidade compondo um todo bastante coerente no que diz respeito à fixação de um padrão de leitura sobre seu passado. A análise das condições presentes no processo de produção desse conjunto de escritos, bem como o discurso que esse conjunto veicula sobre a cidade, permite-nos retomar a questão proposta inicialmente a respeito do “sentido do passado” e repensar os tipos de relações ou modelos sistematizados por Hobsbawm. Respeitando as devidas proporções e especificidades, a situação se assemelha àquela apontada por Jean Duvignaud no prefácio da obra de Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, quando aponta uma correlação entre a emergência de uma preocupação com a memória, a duração e as rupturas na continuidade histórica da sociedade (HALBWACHS, 1990, p.12-13).

## **Memória e história**

Não é recente a percepção dos historiadores brasileiros sobre as demandas da sociedade em torno do problema da memória e conseqüentemente sobre o conhecimento histórico (D’ALESSIO, 1993; MENEZES, 1992). Os termos memória e história não se confundem, mas suas fronteiras são reconhecidamente porosas. A constatação da existência de demandas sociais e de sua expansão nos remete para uma reflexão sobre os contextos. Nesse sentido, o prefácio de Jean Duvignaud (lembrado por D’Alessio) para o

clássico de Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, é preciso nas suas constatações. A preocupação com a memória e a duração emerge justamente nos momentos de “ruptura na continuidade” histórica. Ruptura provocada pelas guerras mundiais, mas também pelo desenvolvimento econômico e pelas mudanças sociais decorrentes do aprofundamento da estratificação e divisão de classes. Destruição dos referenciais físicos da identidade coletiva e perda do sentimento de comunidade acelerado pelos processos de desenraizamento social. Não seriam exatamente estes mesmos ingredientes que encontramos nas últimas décadas no Brasil? Nesse país, os efeitos dos processos de urbanização acelerada, desenvolvimento econômico e especulação imobiliária tiveram um profundo impacto em termos de deslocamentos populacionais, supressão dos vestígios materiais urbanos e referências coletivas, bem como da remodelação das cidades. É certo que não tivemos os ataques dos famosos B-29 americanos e Stukas alemães nos bombardeios das cidades europeias na Segunda Guerra Mundial. Mas em poucas décadas, sobretudo nas grandes cidades do sudeste os traços deixados pelas edificações realizadas em fases econômicas anteriores foram apagados.

Leopoldo Amaral, escrevendo nos jornais na década de 1920, publica, em 1927, uma coletânea de suas crônicas, cujas intenções declaradas e o elenco de temas abordados representaram um repertório que se manteve constante nos escritos dos jornalistas que o sucederam nessa tarefa de construção da memória municipal. Em geral, versavam sobre aspectos da vida social, os usos e costumes, práticas e locais de sociabilidade de um grupo relativamente coeso composto por fazendeiros produtores de café, por industriais (geralmente de origem estrangeira: alemães, ingleses, entre outros) e por homens de letras, muitos deles de origem humilde que ascenderam em virtude de ligações com chefes políticos locais e pelas atividades relacionadas à imprensa. Próximo a esse universo se desenvolve todo um conjunto de personagens e de atividades artísticas, culturais, educacionais. Aqui o protagonista é o músico Carlos Gomes, espécie de personagem-síntese das qualidades e talentos do campineiro de raiz. Episódios e personagens da vida política também são frequentes, principalmente aqueles ligados ao movimento republicano. Campinas torna-se então a Meca do republicanismo. A igreja e as práticas religiosas ocupam igualmente uma posição privilegiada. Por fim, as atividades econômicas, sobretudo o café

e os setores ligados a esta atividade, como as ferrovias, aparecem como a materialização de um espírito dominante de iniciativa dos homens da terra. Sem esquecer as iniciativas filantrópicas e os investimentos em serviços e obras de embelezamento urbano. Seriam estes diferentes aspectos e manifestações daquilo que Leopoldo Amaral define como tradição, como legado permanente que o passado deve deixar para as gerações futuras. Sua função como cronista é a de ser um elemento de mediação entre o passado e o presente, entre as tradições e a busca de progresso das novas gerações. O cronista oferece uma fórmula para que aqueles que vivem e dirigem a cidade possam articular sem atritos a tradição com a modernização. A obra como um todo apresenta-se como um manifesto de uma visão municipalista que prosperou nas várias cidades do chamado Oeste Paulista, que cresceram e se modernizaram a reboque da cultura cafeeira. Na introdução, depois de apontar todo um conjunto de qualidades distintivas da cidade (clima ameno e salubre, ruas limpas e alinhadas: “as ruas de Campinas são asseadas como um salão de casa nobre”) e a presença de “vultos de valor” que ali nasceram, Carlos Gomes e Campos Salles, entre outros, afirma o seguinte:

*“O espírito de iniciativa tem sido um dos característicos dos campineiros, como se verifica dos elos de tradições locais que se concatenam nas diferentes instituições de caridade, de ensino e muitas outras associações e empresas que constituem melhoramentos de ordem moral, intelectual e material, patenteando todos, à luz da verdade, a energia, a força de vontade e o amor que eles votam a esta terra” (AMARAL, 1927, p.6).*

Devemos observar que isso que aparece, num primeiro momento, como um projeto político de resgate do passado com fins de legitimação, vinha acompanhado de uma demonstração de afetividade em relação à cidade, que aos poucos foi se acentuando. Na geração seguinte, nos anos 1950, o mesmo projeto ainda encontra-se vigente. Pode-se ler na introdução da *Monografia histórica do município de Campinas*, obra mais representativa do segundo momento dessa produção de escritos:

*“Folheie-se a Monografia. Consulte-se o índice dos assuntos. Sob os mais variados aspectos, foca-se a história de Campinas: o social, o político, o cultural, o econômico, o industrial, o agrícola, o religioso, etc. E em tudo, para nosso gáudio, está a rever-se, na grandeza da*

*urbe, e no seu progresso em todos os setores da vida, uma projeção da grande alma que Deus deu a sua gente”* (ABREU, 1952, p.VIII).

O projeto de se estabelecer a partir da reconstituição do passado a existência de princípios a-históricos que explicam o desenvolvimento da cidade, em linhas gerais, permanece. Entretanto, nota-se, nesse momento, um recrudescimento da relação afetiva e nostálgica em relação aos tempos antigos. Os depoimentos mais comuns apontam exatamente para isso: “talvez seja por que os olhos vejam você transformando-se pouco a pouco e notem a ausência de velhas coisas que pertenciam à história do seu passado. Talvez seja porque o coração sinta também a falta dessas mesmas velhas coisas que estavam sentimentalmente vinculadas ao romance da própria vida que a gente começou a viver e a sentir...” (*apud* CARNIELLI, 2007, p.109). Na obra *Retrato da velha Campinas*, José de Castro Mendes dizia: “Recordar é viver, e estas despreziosas, mas espontâneas crônicas traduzem (...) uma caminhada afetuosa pelos anos de minha juventude relembando coisas de Campinas, minha bem amada terra natal” (MENDES, 1945). Ou então, de maneira mais dramática, Joluma Brito expressava-se da seguinte maneira: “Pobre Campinas! Estão te mutilando, cortando, arrebatando, desfazendo aos pedaços em nome da civilização (...) rasgam a carne de suas ruas e sacrificam seu passado e tua beleza que custou centenas e centenas de milhões de cruzeiros” (*apud* CARNIELLI, 2007, p.110). A monetarização do argumento aqui não deixa de representar certo anticlimax.

O aspecto que nos parece relevante destacar é que quando no presente as mudanças se precipitam e adquirem aspecto de um movimento irreversível, o receio generalizado que transparece dos escritos memorialísticos campineiros é de que o presente pode apontar para alternativas que no limite levem à ruptura com o passado, daí a necessidade de retomá-lo naquilo que tem de fundamental, ou é entendido como fundamental. O interessante é que esta postura e esses receios ocorrem no interior de uma sociedade identificada com a mudança e com a busca de inovação não apenas da tecnologia empregada nos trabalhos agrícolas, mas também nos usos e costumes. Trata-se de um grupo de indivíduos, de diferentes cidades similares, que emergiram no plano da política nacional, no final do Império, personificando os ideais de progresso, desenvolvimento, modernidade, etc. Porém, podemos constatar que a busca de inovações, e a própria realidade

da mudança, não se tornou apenas critério de uma leitura seletiva das referências do passado, mas, paradoxalmente, os discursos e as práticas modernizantes revelaram-se um mecanismo de reposição do passado no presente, ou seja, a busca do moderno tornou-se condição da permanência do arcaico. Esse apelo ao passado traduz uma intenção de legitimação. Nas cidades do chamado Oeste Paulista a busca da inovação e do moderno revela-se como uma espécie de “fuga para frente” (FIORI, 1997). Ou então, enquanto exemplo daquilo que José de Souza Martins chamou de “sociedade de história lenta”. O que caracteriza a história do Brasil é o fato de tratar-se de uma “história inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que demarcam o nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada” (MARTINS, 1994, p.13-16).

Nesse sentido, partindo dos eixos de Hobsbawm – isto é, do passado como duração, do passado como referência ou do passado como processo – o que temos entre nós não se expressa necessariamente como um modelo definido de dinâmica social, mas compreende uma mistura dos tipos. Pois ao mesmo tempo em que o presente aparece, nas suas dimensões fundamentais, como uma reprodução do passado, ou tendo no passado um padrão de organização das relações (aproximando-se do primeiro modelo), isso somente se faz possível a partir da transformação do próprio presente, portanto de uma ruptura com o passado (segundo modelo). É exatamente esse padrão de mudança que nasce de um processo marcado pela articulação mudança/conservação que se estabelece como critério básico de reconstituição da nossa dinâmica histórica (terceiro modelo). A leitura e a análise dos escritos memorialísticos produzidos sobre Campinas permitem essa constatação. Revelam uma receptividade diante das mudanças, mas as entendem como manifestações de um conjunto de princípios que, no limite, seria imutável: capacidade de iniciativa, filantropia, espírito público, pioneirismo, etc. Tanto o passado como o presente aparecem como manifestações de um mesmo conjunto de princípios que precisa ritualisticamente de renovação para que mantenha a vigência e a eficácia como garantias de que o futuro será a reposição do passado. Não teríamos aqui, portanto, mais uma manifestação no microcosmo de um processo mais abrangente da chamada “modernização conservadora”? Independente das discussões sobre a adequação ou inadequação dessa tipologia, tomada de empréstimo do

estudo de Barrington Moore (1967), o fato é que podemos perceber reproduzidas, no chamado Oeste Paulista, as mesmas linhas mestras que dominam a dinâmica da política nacional.

Isso tudo possui efeito direto sobre o modo como uma sociedade resolve as relações de mando e obediência entre os diferentes grupos que a compõem. A assimetria dessas relações termina por impor a necessidade de criação de mecanismos de legitimação e construção de consenso. Na medida em que a consciência coletiva do tempo histórico afeta os processos de autoreconhecimento social, bem como baliza o horizonte de expectativas e projetos de futuro que se pode elaborar e entender como viáveis, o problema da memória coletiva e seus instrumentos de construção e divulgação devem ou podem ser equacionados a partir de um estudo da cultura política e das formas de construção de hegemonia, nos termos de Antonio Gramsci. O conceito de ideologia, bem como o modo como efetivamente funciona numa organização social, ou seja, a questão da “ocultação ideológica” (DEBRUN, 1989), constitui-se numa estratégia de abordagem bastante profícua para se entender a temática da produção cultural e da historiografia.

Uma última questão. Retomando o que se expôs no início desse artigo, a respeito das especificidades e antinomias entre os conceitos de história e memória, podemos sugerir que o atual momento “memorativo”, tal como coloca Dosse (2001, p.31-38), e a identificação de comunicações e interferências de todas as ordens entre dois campos até então tidos como bem definidos apontam para uma revisão dos conceitos; ou para seus deslocamentos em termos de abrangência e especificidades. A ideia de memória parece estar em expansão, abarcando todo o conjunto de representações sociais do passado e definindo os mais variados mecanismos de instituição da identidade coletiva. Se os mitos, as epopeias, as tradições orais, as representações figuradas surgem como concretizações da memória coletiva, no interior de organizações sociais específicas, também o conhecimento histórico aparece como uma forma específica de memória. Isso, entretanto, não deve nos conduzir à conclusão da perda do potencial crítico do conhecimento histórico, mas sim a ressaltar a necessidade de sua atuação contra as manipulações e legitimações que frequentemente envolvem os mecanismos da memória social.

GODOY, J. M. T. Mediations of the memory in history: the case of the São Paulo cities. *Perspectivas*, São Paulo, v.40, p.69-94, jul./dez. 2011.

■ **ABSTRACT:** *The article intends to approach central problem of the studies of referring historiografia to the establishment of avaliativos parameters of the intellectual production. It defines as in case that quarrel concrete the production of writings in the area of history on the city of Campinas, situated in the interior of the State of São Paulo. Search to explicitar the joints between the historical trajectory of the city, that since century XIX blunted as one of the dynamic polar regions of the São Paulo economy, and the production of all a set of studies and workmanships come back toward the attempt to institute its collective memory. The writings of two generations of self-taughts person are distinguished here, journalists, who until the years of 1970 constituiram themselves in the authorized voice on the past of the city.*

■ **KEYWORDS:** *Memory. West-Native of São Paulo. Campinas. Identity and power.*

## Referências

ABREU, F. C. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

AMARAL, L. *Campinas: recordações*. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1927.

BREFE, A. C. *A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos dos memorialistas (1870-1920)*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CARNIELLI, F. G. *Gazeteiros e bairristas*. Histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

D'ALESSIO, M. M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n.25/26, p.97-103, set.1992/ ago.1993.

DEBRUN, M. A ocultação ideológica: da "ideologia primária" à "ideologia secundária". In: DASCAL, M. *Conhecimento, linguagem, ideologia*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1989. p.171-192.

DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: EDUNESP, 2001.

FERRO, M. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FINLEY, M. *Usos e abusos da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FIORI, J. L. C. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: IPEA, 2000.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006.

LAPA, J. R. A. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas (1850-1900). São Paulo: EDUSP, 1996.

LOFEGO, S. L. *Memória de uma metrópole: São Paulo na obra de Ernani da Silva Bruno*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MENDES, J. C. *Retratos da Velha Campinas*. s/l: 1945.

MENEZES, U. T. B. A história, cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v.34, p.9-24, 1992.



MONOGRAFIA histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

MOORE, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1967.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

SANTOS, A. C. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, L. C.; NOVAES, J. N. *A febre amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas: CMU-Unicamp, 1996.

SOUZA, M. C. Fênix adoecida. In: MEDRANO, L. I. Z.; GODOY, J. M. T. *Campinas: visões de sua história*. Campinas: Átomo, 2006. p.73-100.

## **Bibliografia consultada**

ARRUDA, J. J.; TENGARRINHA, J. M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

CAMPOS, P. M.; COSTA, E. V. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p.250-293.

CARBONELL, C-O. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982.

FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.7-30, 1996.

FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

GLEZER, R. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues*. 1976. 241f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GOLDMANN, L. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo: Difel, 1984.

LAPA, J. R. A. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELLO E SOUZA, A. C. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. Queiroz, 2000.

MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NOVAIS, F. A. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

SILVA, R. F. *História da historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.